



Reforma administrativa de Temer é aprovada em Plenário

Medida provisória votada pelo Senado no último dia de vigência reduziu de 39 para 24 o número de ministérios e recriou a pasta da Cultura



O Plenário do Senado votou ontem, na primeira sessão de esforço concentrado durante das eleições, reformulação na estrutura do Poder Executivo federal

O Senado confirmou ontem, por 44 votos a 6 e 1 abstenção, a nova estrutura do Executivo federal, que havia sido alterada nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer por medida provisória. Com a reformulação, algumas pastas foram extintas, como a da Previdência Social, que passa a integrar o Ministério da Fazenda. O texto também recriou o Ministério da Cultura, que havia sido extinto por outra MP. Senadores da oposição acusaram a medida de, entre outras coisas, enfraquecer órgãos de combate à corrupção, como a CGU, e políticas sociais para minorias. **3**

Quatro países terão novos embaixadores brasileiros

O Senado aprovou ontem quatro indicações para embaixadas em Angola, na Alemanha, na Turquia e na

Áustria. O papel do BNDES em financiamentos externos foi o foco da sabatina do diplomata que vai para a África. **8**



Aloysio Nunes (D) dirige sabatina de Paulino Carvalho Neto, aprovado para Angola



Pedro Chaves (3º à dir.), que presidiu a reunião, e José Maranhão (2º à dir.), relator, entre os participantes da audiência

Especialistas divergem sobre capital externo em aéreas

Em audiência da Comissão Especial do Código Brasileiro de Aeronáutica, representantes do governo e das companhias aéreas discutiram benefícios e danos da entrada de

capital estrangeiro no setor aéreo brasileiro. As opiniões variaram da abertura total do mercado à abertura gradual, com proteção aos trabalhadores e reciprocidade entre países. **5**

Metrô do DF precisa de mais pessoal, dizem debatedores

Metroviários reclamaram, em audiência da Comissão de Direitos Humanos, da carência de funcionários no metrô da capital da Repú-

blica. Segundo eles, são necessários mais 800 trabalhadores. Governo local alega que limite de gastos com pessoal impede contratações. **6**



Autor do requerimento, Hélio José (4º, à esq.) presidiu a audiência e prometeu convocar outra para discutir o metrô local

Parcerias em investimentos serão agilizadas

Os senadores aprovaram ontem a medida provisória que cria o Programa de Parceria de Investimentos. O objetivo é agilizar as concessões públicas, eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado em empreendimentos considerados prioritários. A oposição classificou o programa como "privataria Tucana à moda Temer". **3**

Vanessa pede punição para advogado agressor

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou ontem ter registrado ocorrência na Polícia Legislativa do Senado contra o advogado Paulo Demchuk, para que a instituição encaminhe ao Ministério Público do Paraná denúncia criminal contra ele. A senadora disse que também vai entrar com ação civil na Justiça do estado. **4**

Lei de Licitações deve ser alterada após as eleições **6**

Líderes decidirão pauta para período eleitoral **2**

Mudanças no texto adiam votação que legaliza cassinos **7**

Comissão pode votar Política de Leitura e Escrita **5**

Deca e Piselo assumem cadeiras no Senado **2**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Moreira Moutz/Agência Senado

Deca é empresário e pediu mais investimentos no setor produtivo para vencer a crise econômica. Piselo é advogado

Deca e Piselo tomam posse no lugar de Cássio e Gurgacz

Titulares dos cargos, que pediram licenças dos trabalhos do Senado, eram líderes de partidos. Com as mudanças, a liderança do PSDB será ocupada por Paulo Bauer. No PDT, Telmário Mota é o novo líder

DOIS SENADORES TOMARAM posse ontem: José Gonzaga Sobrinho, o Deca (PSDB-PB), assumiu a vaga de Cássio Cunha Lima. Gilberto Piselo (PDT-RO) passou a ocupar a cadeira de Acir Gurgacz. Cássio e Gurgacz eram líderes de partidos. Agora a liderança do PSDB passa a ser exercida por Paulo Bauer (SC) e a liderança do PDT será ocupada por Telmário Mota (RR).

Cássio se licenciou por 122 dias porque precisa se submeter a procedimentos médicos para a retirada de pólipos do intestino e depois ficará em recuperação. Três dos 122 dias de afastamento correspondem a licença por motivo de doença. Os 119 restantes referem-se a licença para tratar de interesses particulares,

período no qual o senador não receberá remuneração. Apesar de a licença abranger mais de seis meses, a assessoria do senador informou que ele deverá retornar ao mandato em janeiro de 2017.

Nascido na cidade de Joca Claudino (PB), José Gonzaga Sobrinho, 59 anos, é um empresário paraibano do ramo do comércio. É dono do Grupo Rio do Peixe, uma rede de distribuidores com sede na cidade de Cajazeiras, no sertão do estado. Este será o seu primeiro cargo político. Na campanha de 2010, quando se elegeu primeiro suplente, declarou um patrimônio de R\$ 3,4 milhões.

No discurso de posse, ele relatou que conseguiu vencer as dificuldades da infância através do trabalho e pediu

mais investimentos no setor produtivo para vencer a crise econômica do país.

— Eu sou o improvável que deu certo, não por milagre, mas por labor. O trabalho é o que o Brasil necessita neste instante. Temos uma economia abatida e carente. O Brasil não conseguirá dar um passo adiante sem desenvolver o seu setor produtivo.

Deca afirmou que a Região Nordeste sempre deu retorno ao país quando recebeu investimentos. Ele destacou o seu estado, a Paraíba, que chamou de “coração do Nordeste”, como um ator estratégico na economia nordestina, devido a sua “vocação logística”.

Piselo, que substitui Gurgacz como representante de Rondônia, tem 59 anos e   advogado. Ele nasceu em Dracena (SP).

Presidente do Senado arquiva denúncia contra Lewandowski

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário ontem a decisão de arquivar denúncia contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

Renan considerou a denúncia “carente de justa causa” e baseada em “especulações” de matérias publicadas na imprensa.

Um estudante de direito pediu o impeachment de Lewandowski sob argumento de que o magistrado teria violado preceitos legais e burlado a Constituição ao presidir o processo de afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff. Renan, no entanto, reafirmou o entendimento pela legalidade da medida.

Nova presidente do Supremo, Cármen Lúcia convida Renan Calheiros para posse

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia esteve no Senado ontem para convidar o presidente da Casa, Renan Calheiros, para a posse dela na presidência da Corte. Durante a solenidade, que será segunda-feira, às 15h, também será empossado o ministro Dias Toffoli na vice-presidência do STF.

Ela foi a primeira mulher a

presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e   a segunda a presidir o STF — a primeira foi Ellen Gracie.

Renan disse que não discutiram o reajuste do STF e defendeu o debate da desvincula o dos vencimentos dos ministros do Supremo do teto salarial da administra o pública.

(Da Assessoria da Presidência do Senado)

Jane de Araújo/Agência Senado



Cármen Lúcia e Renan não discutiram o aumento dos ministros do Supremo

Líderes definirão pauta de vota o durante elei es

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que, tão logo passe o primeiro turno das elei es municipais, em 2 de outubro, vai se reunir com os líderes partidários para definir um calendário de trabalho e escolher as propostas a serem examinadas até 30 de outubro, quando ocorrerá o segundo turno.

Segundo Renan,   preciso compatibilizar as atividades da Casa com o processo eleitoral.

Até 2 de outubro haverá sessões para vota es de projetos no Plenário do Se-

nado nos dias 12, 13 e 21 de setembro. Nos demais dias, as sessões serão para debates parlamentares.

O presidente avalia que, passado o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Senado retoma as atividades com um espírito mais tranquilo.

— O Senado Federal sempre esteve pacificado. Nós tivemos, durante o processo do impeachment, um momento de esgarçamento, mas isso   natural da democracia. Logo o Senado volta ao leito natural, que   a pacifica o.

Telmário Mota critica cobertura eleitoral da m dia em Boa Vista

Telmário Mota (PDT-RR) defendeu uma reforma política para democratizar o atual sistema eleitoral, que, na opinião dele, beneficia apenas quem já   detentor de mandato eletivo, quem tem dinheiro ou quem já   conhecido.

Segundo o senador, a Rede Amazônica, afiliada   Rede Globo, decidiu divulgar apenas a agenda dos candidatos   Prefeitura de Boa Vista com mais de 5% das inten es de



Jefferson Rudy/Agência Senado

voto, medidas pelo Ibope. Ocorre que, como a atual prefeita, Teresa Surita, tem 70% das inten es de voto, os demais candidatos, todos

com menos de 5%, foram prejudicados, disse Telmário Mota.

— Fica aqui o meu protesto, a minha indigna o, inclusive ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que não permita isso, que o Ministério Público não permita uma coisa dessa — afirmou.

Amorim relata dificuldades dos produtores de milho de Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou a situa o dos produtores de milho do estado de Sergipe. O senador informou que a região vem enfrentando a pior seca das últimas décadas, ressaltando que o prejuízo em rela o   perda da produ o do grão de milho deste ano já superou R\$ 500 milhões.

—   desesperador ver investimentos de toda uma vida sendo perdidos por causa do insucesso de uma



Jefferson Rudy/Agência Senado

safr . Os produtores informaram-me que estimam perdas em torno de 70% a 80% da produ o. Em diversas localidades, produtores perderam até 100% das lavouras.

O senador disse ter ido ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e ao presidente Michel Temer para pedir recursos para os produtores. Ele também informou que pediu a prorroga o automática das d vidas de custeio da safra de 2015 e de 2016.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposi o, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CRA Produ o de maça

14h Seminário em São Joaquim (SC) para tratar de questões relativas   cadeia produtiva da maça.

SESSÃO ON-LINE

Confira a integra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a integra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Aprovada reforma administrativa de Temer

Ministérios passam de 39 para 24, com MP editada nos primeiros dias do governo interino e que agora vai à sanção. Oposição aponta enfraquecimento de combate à corrupção

POR 44 VOTOS favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2016, proveniente da Medida Provisória (MP) 726/2016, que reduziu de 39 para 24 o número de ministérios na nova estrutura do Executivo. A medida, que promove uma reforma administrativa na administração pública direta, foi editada nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer. A proposição será agora encaminhada à sanção presidencial.

A MP recriou o Ministério da Cultura, mas extinguiu os Ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia. Também foi extinto o Ministério das Comunicações, com a incorporação das atribuições ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Já a Secretaria de Política para as Mulheres foi restituída ao Ministério da Justiça, que agora também inclui temas de igualdade racial e direitos humanos. A pasta passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania.

A medida determinou que a Previdência Social fosse incorporada ao Ministério da Fazenda. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi transformada no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa, por sua vez, fica com a Secretaria de Governo da Presidência da República, bem como a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

Antes do início da ordem do dia, José Pimentel (PT-CE) formulou questão de ordem para tentar impedir a votação do projeto. O senador alegou que a matéria deveria ser devolvida ao Executivo, pois não teria sido encaminhada no prazo regimental ao Senado pela Câmara dos Deputados,



Presidente do Senado, Renan Calheiros (à mesa, 2º à dir.) preside sessão que aprovou a MP, que perderia a validade se não fosse aprovada ontem

onde foi aprovada em 29 de agosto. A oposição apresentou requerimentos para votação em separado de diversos dispositivos do projeto, todos rejeitados por Romero Jucá (PMDB-RR).

Líder do governo no Congresso, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que a nova composição “racionaliza a estrutura dos ministérios e vai atender o anseio de uma gestão pública capaz de corresponder às necessidades e apelos por uma administração mais enxuta e eficiente”.

Pimentel criticou a medida, por extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, em sua avaliação, permitiu o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

A favor do texto, Benedito de Lira (PP-AL) argumentou que a reforma agrária implantada no Brasil “não tem representado nada”, visto que os produtores não têm estrutura.

O senador alegou que a sociedade exige economia e o enxugamento da máquina pública.

Críticas

Humberto Costa (PT-PE) apontou que a medida faz uma “pseudoreforma, promove acomodações e muda prioridades”. O senador disse que o governo Temer não está preocupado com setores que precisam da atenção especial do Estado e lamentou a perda de status da antiga CGU.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), a medida é “esdrúxula”, visto que a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sai do Ministério do Comércio Exterior e vai para o Ministério das Relações Exteriores, “o que não guarda consistência com a estrutura e o organograma administrativo”.

Também protestaram contra a me-

didada Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN). Entre as razões apresentadas por esses senadores, estão o que classificaram como a ausência de política de desenvolvimento e soberania do país e o enfraquecimento de órgãos de combate à corrupção e de políticas sociais voltadas a minorias.

Lindbergh Farias (PT-RJ) reclamou que o acordo de líderes que trata da votação de MPs não foi respeitado pelas lideranças partidárias favoráveis à aprovação da matéria. Segundo o senador, é consenso de que MPs só podem ser votadas a partir da segunda sessão após a leitura da medida em Plenário, e não na primeira sessão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu que o calendário atípico imposto pelas eleições municipais justificou a inclusão da MP antecipadamente na pauta de ontem.

Programa que agiliza concessões públicas passa em Plenário

O Plenário aprovou ontem o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado nos primeiros dias do então governo interino de Michel Temer. A proposta tem o objetivo de agilizar as concessões públicas, eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado. O projeto seguiu para sanção presidencial.

O texto aprovado é um substitutivo do senador Wilder Morais (PP-GO) à Medida Provisória (MP) 727/2016. Os empreendimentos incluídos no PPI deverão ser tratados como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo o governo, o programa garante segurança jurídica aos investidores privados. Além disso, estabelece regras estáveis e amplia a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização. A MP criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e autorizou o BNDES a

constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. A MP estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

Ao defender o PPI, Wilder destacou que o momento atual demanda “urgentes correções de curso” para tirar o país da forte recessão. A medida também reconhece a “incapacidade da União” — assim como a de estados, municípios e do Distrito Federal — “de fazer frente aos investimentos” para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

Oposição

A oposição ao governo Temer fez duras críticas à MP. Fátima Bezerra (PT-RN) tachou a medida como a “privataria tucana à moda Temer”. Para ela, a proposta é muito perigosa, uma vez que permitirá que o governo entregue à iniciativa privada qualquer serviço público, inclusive a educação.

— Ainda recentemente saiu uma

materia na imprensa dizendo que, com a aprovação dessa medida provisória, o governo pode privatizar a saúde, os presídios, a creche, a educação, ou seja, ele vai na direção de transformar direitos fundamentais em mercadorias, e isso é um crime.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) explicou que o projeto não trata de privatização de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e segurança. O senador disse que as parcerias serão na infraestrutura.

— Trata-se de parceria público-privada em infraestrutura. O Estado não tem recursos para bancar sozinho aqueles investimentos que precisamos para desenvolver o país, em ferrovias, rodovias, aeroportos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a Casa tem procurado fazer a sua parte na viabilização de mais recursos para infraestrutura.

— Criamos uma comissão para levantar no país inteiro as obras inacabadas. Vamos criar critérios para que possamos retomar essas obras, gerando emprego e renda e apontando no rumo do investimento em infraestrutura.

Promulgada emenda sobre Desvinculação de Receitas da União

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 93/2016, que prorroga até 2023 a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e estabelece a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e municípios (Drem).

A emenda permite que a União use livremente parte da arrecadação, ampliando essa fatia de 20% para 30% dos impostos e das contribuições sociais. No caso da Drem, prevê a utilização livre de 30% das receitas de impostos, taxas e multas, mas deixa de fora receitas destinadas às áreas da saúde e da educação.

Retroativa a 1º de janeiro, a medida libera para uso do Executivo, em 2016, R\$ 110,9 bilhões de contribuições sociais, R\$ 4,6 bilhões da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e R\$ 2,2 bilhões de taxas.

Vanessa Grazziotin quer punição de agressor

Senadora pediu à Polícia Legislativa que encaminhe denúncia criminal ao Ministério Público do Paraná contra advogado que a abordou na semana passada durante voo

A SENADORA VANESSA Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou ontem ter registrado ocorrência na Polícia Legislativa do Senado Federal contra o advogado Paulo Henrique da Rocha Loures Demchuk, para que a instituição encaminhe ao Ministério Público do Paraná denúncia criminal contra ele. A senadora disse que também vai entrar com ação civil na Justiça do estado.

Em Plenário, Vanessa contou que o advogado a agrediu verbalmente quando chegavam à Curitiba, na quarta-feira da semana passada, logo após a aprovação do impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff no Senado.

Segundo a senadora, o cidadão tentou “com violência extrema” tirar-lhe o celular das mãos, quando iniciou o registro de vídeo da agressão que estava sofrendo.

— Fiquei sabendo que ele concedeu várias entrevistas defendendo a possibilidade de hostilizar políticos. Veja a grande diferença: manifestação de opinião não significa acusação vazia, não significa agressão com palavras e muito menos física, porque eu fui agredida fisicamente por esse senhor, que espero que pague, com toda a força e determinação da Justiça brasileira — declarou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou “lamentável” a agressão sofrida pela senadora, classificando a atitude como “covarde, machista e antidemocrática”.

— Determino às instâncias



Vanessa contou que advogado tentou tirar-lhe o celular para impedi-la de registrar a cena de agressão de que foi vítima

administrativas do Senado Federal, em particular à Advocacia do Senado, que adote as providências legais para garantir a punição do agressor e a devida reparação à honra de Vossa Excelência e dessa Casa — afirmou.

Solidariedade

Vanessa Grazziotin recebeu o apoio de diversos senadores. Para Lídice da Mata (PSB-BA), o fato de Vanessa ser mulher estimulou a agressividade do homem.

— Duvido que se estivesse ali um homem, ele ousasse tanto. Portanto, eu quero prestar minha solidariedade, dizendo que nós não aceitaremos esse tipo de comportamento e parabenizar a senadora Vanessa, que tomou as medidas corretas, e acima de tudo, chamar as mulheres, as mulheres desta

Casa, as mulheres do Brasil, a não permitirem a violência contra nós — conclamou.

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que o recurso à violência física ou verbal na luta política deveria ser banido e não condiz com a cultura democrática. Ele relatou que a advogada Janaina Paschoal, que viajava para São Paulo no mesmo voo de sua esposa, também foi ameaçada de agressão por uma pessoa no aeroporto de Congonhas. Segundo Aloysio, a agressão só não se consumou porque um policial deteve o agressor.

— Penso que esse tipo de comportamento, as injúrias, os gritos, os xingamentos de lado a lado devem cessar, para que nós possamos progredir nesse experimento fantástico que é a construção da democracia

no nosso país — disse.

O senador José Aníbal (PSDB-SP), por sua vez, considerou um “constrangimento” ver um parlamentar ser hostilizado de forma grosseira por suas posições políticas.

— Não é uma abordagem para uma conversa, para um questionamento. É uma agressão, é um julgamento que se quer sumário. Evidentemente não podemos aceitar isso — declarou o senador, elogiando Vanessa pela postura com que lidou com a situação.

Outras agressões

Eduardo Amorim (PSC-SE) prestou solidariedade à senadora e contou também ter sido agredido em função de sua posição na votação do impeachment na semana passada. Segundo ele, quando desembarcou no aeroporto de

Aracaju, foi agredido verbal e fisicamente.

— Fiz como fez a senadora Vanessa Grazziotin, que prestou queixa à Polícia Federal e à Polícia Civil, porque o manto da democracia não pode encobrir agressões covardes neste país — sustentou.

Humberto Costa (PT-PE) também se solidarizou com Vanessa, Eduardo Amorim e demais vítimas de agressões.

— Independentemente de ser de direita, de esquerda, de ter tal ou qual posição sobre um determinado assunto, ninguém pode ser vítima de qualquer tipo de agressão, seja verbal, seja física.

Falando em nome do PMDB, Romero Jucá (RR) também condenou qualquer tipo de ato de agressão física ou verbal.

— É inadmissível que qualquer um de nós, político ou cidadão brasileiro, por conta de expressar suas convicções e defender suas ideias, possa ser agredido verbal ou fisicamente em qualquer tipo de manifestação — disse.

Renan Calheiros pediu que a Comunicação do Senado divulgue o vídeo da senadora Vanessa Grazziotin para “materializar a covarde e vergonhosa agressão” e demonstrar o inconformismo do Senado com a agressão. O presidente ainda prestou solidariedade a Cristovam Buarque (PPS-DF) e Eduardo Amorim (PSC-SE), também vítimas de agressões nos últimos dias.

Vídeo com a agressão à senadora: <http://bit.ly/agressaovanessa>

Ana Amélia se solidariza com Cristovam Buarque por agressões sofridas

Ana Amélia (PP-RS) manifestou solidariedade a Cristovam Buarque (PPS-DF), que foi vítima, na semana passada, “de manifestações desrespeitosas de quem não aceita a prática democrática”.

Cristovam, que votou pelo impeachment de Dilma Rousseff, foi chamado de “golpista” e impedido de continuar presidindo a reunião da Comissão de Educação por manifestantes que empunhavam cartazes e gritavam palavras de ordem.

Ana Amélia disse também que integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram uma propriedade rural em Formosa, que fez parte do espólio de seu marido, em retaliação à senadora por ter votado a favor do impeachment.

— O próprio MST, esse dito movimento social, divulgou como uma represália contra mim a invasão de área rural, em Goiás, por 300 membros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa: não haverá trégua até Temer deixar o cargo

Olíder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que, com a cassação de Dilma Rousseff, o país entrou numa crise política sem precedentes, com expressivas manifestações contra o presidente Michel Temer.

Humberto Costa disse que Temer não tem legitimidade para governar o país e que não poderá se esconder das vaias nem silenciar os protestos, porque o povo não o perdoa pelo que o senador chamou de “golpe aberrante” contra Dilma Rousseff.

— Não haverá trégua aos golpistas, até Temer deixar o cargo — afirmou.

Segundo o senador, em entrevistas após o impeachment, alguns senadores reconheceram que Dilma Rousseff não praticou crime de responsabilidade e que haviam votado pela sua destituição porque ela não teria mais condições de governar. Para Humberto Costa, isso confirma que o processo de impeachment foi forjado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ataídes Oliveira, participação de Temer no G20 foi positiva

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) fez um balanço positivo da participação do presidente Michel Temer no encontro do G20, na China. Para ele, a viagem assinalou o ponto de partida de um novo momento político e econômico do Brasil e a recuperação da credibilidade do país diante da comunidade internacional.

Ataídes registrou que os maiores chefes de Estado do mundo manifestaram intenção de aprofundar o intercâmbio comercial de seus países com o Brasil.

Segundo o senador, o Brasil assinou contratos de mais de US\$ 15 bilhões no G20. Ataídes Oliveira também registrou o trabalho do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para tirar o Brasil de sua participação “irrisória” no comércio mundial, que ele atribuiu à “irresponsabilidade” e à “incompetência”.

— O mundo está comprando produtos uns dos outros, menos deste grande país chamado Brasil — lamentou



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado deve cumprir a Constituição e não rasgá-la, diz Alvaro Dias

Alvaro Dias (PV-PR) classificou de “infeliz” a decisão do Senado de manter os direitos políticos de Dilma Rousseff após ter aprovado a cassação de seu mandato presidencial.

Para ele, o Senado afrontou a Constituição, que estabelece com clareza a vinculação do impeachment à inabilitação para o exercício de qualquer função pública por oito anos.

— Não se trata de ser implacável ou generoso com a ex-presidente. O dever do Senado é cumprir a Constituição e não rasgá-la. Por isso, interpusemos um mandado de segurança para eliminar esse precedente do mundo jurídico.

Segundo ele, a Lei Complementar 64/1990 também dispõe que os detentores de mandatos cassados têm os direitos políticos suspensos por oito anos.

— Jogamos na lata do lixo vários diplomas legais que tratam da questão da inelegibilidade — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Pedro Chaves (3º à dir.), que presidiu a reunião, ao lado de José Maranhão, relator: restrição à participação estrangeira na aviação comercial é mundial e remete a preocupações militares nascidas no século 20

Capital externo no setor aéreo gera polêmica

Posições variaram entre a liberação total do mercado de aviação ao capital estrangeiro e a abertura gradual, com salvaguardas trabalhistas e reciprocidade entre países

O FIM DE restrições à participação de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras foi debatido ontem pela Comissão Especial do Código Brasileiro de Aeronáutica. Houve posições a favor da total abertura para o capital externo, com a queda do limite atual de 20% sobre o capital votante, assim como propostas para um avanço gradual, inicialmente para até 49%, com salvaguardas para proteger o mercado de trabalho de aeronautas e acordos de reciprocidade com os demais países.

A visão mais flexível foi defendida por representantes da área governamental, que lembraram a situação de escassez de poupança no país, o que eleva o custo de capitalização das empresas aéreas. De acordo com o secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil, Rogério Coimbra, mais investimentos via capital externo, em qualquer setor, significam maior oferta de serviços e mais concorrência, com melhores preços e mais opções para os passageiros.

— Eu entendo que é um contrassenso a gente querer tudo isso e, ao mesmo tempo, limitar os investimentos que podem viabilizar isso. A permanência de limitações a investimentos no setor só é positiva para quem não deseja mais concorrência.

O diretor de Relações Institucionais da Gol, Alberto Fajerman, foi o único entre os representantes das compa-

nias aéreas a defender a abertura total do capital aos investidores externos. Primeiro, ele observou que a companhia é a única do país que opera em bolsa de valores. Com a abertura, a empresa poderá compor o capital de modo a ter acesso ao segmento mais atrativo das bolsas, o chamado novo mercado.

Ao contrário dos representantes do governo, ele disse, no entanto, não existir correlação entre a medida e a queda nos preços de passagens e a qualidade dos serviços.

— O Brasil já tem um nível de aviação excepcional em pontualidade e preço. Não acho que a discussão da retirada da restrição do capital estrangeiro tenha necessariamente relação com isso.

Questão militar

Favorável ao fim da restrição, o superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Catanant, observou que a questão dos limites ao capital estrangeiro surgiu no cenário de conflitos mundiais do século passado, por questão de estratégia militar. Como as aeronaves poderiam ser requisitadas, a qualquer momento, para a mobilização de tropas, havia o interesse dos governos que o setor fosse controlado por nacionais.

Ele lembrou, porém, que a aviação mudou muito desde então. Hoje as aeronaves nem sequer pertencem

às companhias, mas sim a grupos de leasing (arrendatários) internacionais.

Segundo ele, a discussão sobre a flexibilização não ocorre somente no Brasil. Na União Europeia, já haveria uma abertura até 49% do capital externo entre os países-membros. Ele informou que os Estados Unidos já vêm tentando implementar essa flexibilização há mais de uma década.

— Desde 2005, já há notícia de que se discute o assunto por lá, mas ainda não houve avanços. Mas me parece uma questão irrefreável: quando vai acontecer e se o Brasil vai dar esse passo neste momento.

Regra mundial

A diretora de Relações Institucionais da Azul, Patrícia Xavier, defendeu uma solução gradativa, a começar pela discussão sobre os termos de reciprocidade entre Brasil e outros países, e não por uma abertura unilateral. Além disso, lembrou que restrições ao capital externo é regra em todo mundo. Na Nova Zelândia, a medida só serve para determinadas rotas. Já o Chile exige reciprocidade.

— Então, estamos fazendo algo inovador. Não existe país que abriu 100% do seu capital — sustentou.

Para o vice-presidente Comercial, de Marketing e Cargas da Avianca Tarcisio Gargioni, a liberação imediata para 100% pode envolver riscos. Sua posição é de que seja feita um escala inicial

maior de participação estrangeira, de até 49% do capital votante. Na visão dele, os problemas de infraestrutura aeroviária e as incertezas econômicas desmotivariam o capital estrangeiro.

O gerente jurídico da Latam, Guilherme Leite, disse que a empresa vê com “bons olhos” a discussão sobre a flexibilização do capital acionário, não se posicionando sobre o nível ideal de abertura para o capital estrangeiro neste momento. Ele disse que não é esse o ponto para “salvar” as empresas nacionais e fazer o negócio voltar a crescer. Para Leite, o debate tem que ser acompanhado da revisão dos encargos trabalhistas, que seriam muito altos no país, e de mudanças na cobrança do ICMS.

— São ferramentas para que o nosso setor volte a crescer no Brasil, para que a gente volte a ter rentabilidade, competitividade com os estrangeiros — argumentou.

Secretário extraordinário de Relações Institucionais do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Adriano Castanho deixou claro que a entidade não é contra ampliar a participação estrangeira no capital das empresas. Ele advertiu, no entanto, que não abre mão de “medidas mitigatórias” para evitar a fragilização dos interesses nacionais, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores do setor, inclusive para evitar que a mão de obra embarcada seja substituída por estrangeiros.

Política Nacional de Leitura e Escrita está pronta para análise

Projeto que incentiva a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público está pronto para votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 212/2016, da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE).

— A leitura, a escrita e a literatura são elementos indissociáveis e fundamentais para o desenvolvimento humano. Por meio delas, homens e mulheres são capazes de criar uma nação que compreende seus desafios e buscar soluções para a construção de

um país justo, sustentável e democrático — argumenta a senadora.

Entre os objetivos do projeto, estão promoção da literatura e fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e troca de conhecimento literário e acadêmico em território nacional e no exterior para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas.

Planos estaduais

A política também pretende incentivar a criação e a implantação de planos estaduais e municipais do livro e da leitura, para fortalecer o Sistema

Nacional de Cultura.

Para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, a senadora sugere a elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos do regulamento da PNLE. Esse plano deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto nos acordos, convenções e tratados internacionais que buscam facilitar o acesso a obras literárias.

Em seu parecer pela aprovação, o relator da proposta na CE, senador Paulo Paim (PT-RS), afirma que, considerando

o passado recente do país, anterior à universalização do acesso ao ensino fundamental, é indispensável a existência de mecanismos complementares às políticas educacionais propriamente ditas.

Mais livros

— Ações voltadas para a ampliação da oferta de livros, instalação de bibliotecas e centros culturais correlatos, entre outras medidas, são essenciais para que os benefícios da leitura sejam consolidados — afirmou.

Paim propôs, no entanto, mudança nas datas previstas no projeto, relativas ao Plano

Nacional do Livro e Leitura.

Ele sugere que o plano seja elaborado nos primeiros seis meses do mandato do chefe do Poder Executivo, e não até o final do primeiro ano do mandato, como no texto de Fátima Bezerra. A duração do plano, segundo o relator, deverá ser de dez anos, enquanto no projeto original são previstos quatro anos.

No PLS 212/2016, Fátima Bezerra também sugere a criação do Prêmio Vivalitura, para valorizar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas.

Para metroviários, falta pessoal no metrô do DF

Há carência de 800 profissionais, dizem sindicalistas e dirigentes da empresa, mas limite de gastos com folha de pagamento de servidores impede chamar concursados

OS PROBLEMAS ENFRENTADOS pelo metrô do Distrito Federal foram debatidos ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH). Segundo os metroviários, o principal problema da categoria são as más condições de trabalho, decorrentes da falta de pessoal. Os responsáveis pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF) reconhecem as dificuldades, mas ressaltam a impossibilidade de superá-las no momento em razão dos limites impostos pela legislação aos gastos com a folha.

O secretário de Administração e Finanças do Sindicato de Trabalhadores de Transportes Metroviários do DF (SindMetrô), Quintino Sousa, disse que há carência de, pelo menos, 800 servidores no metrô, que conta com pouco menos de 1.000 empregados. Essa é a causa, segundo ele, do cenário “caótico” no qual a companhia se encontra e também da recente greve da categoria, que durou 74 dias.

— Temos 994 empregados e faltam 800. Quem é prejudicado? O empregado, que está em uma estação trabalhando por dois, três, quatro dias, absolutamente saturado, e a população, que anda num sistema metroviário completamente sem segurança.

O diretor de Administração do Metrô-DF, Luiz Gustavo de Andrade, afirmou que nenhum contrato de terceirizados é capaz de substituir o trabalho dos concursados, e a Lei de Responsabilidade Fiscal impede o chamamento dos aprovados no último concurso realizado pela empresa, que é controlada pelo governo do Distrito Federal.

— O Tribunal Regional do Trabalho deu uma sentença para que o Metrô-DF contrate. A Procuradoria do governo deixou muito claro que não há como



Hélio José (C) vai marcar outra audiência para discutir estações fechadas e manutenção dos carros

não se recorrer dessa sentença uma vez que seria aceitar o mandamento de que se descumprisse a lei. E é claro que o Metrô-DF não pode fazer isso — explicou Andrade.

Ampliação

Representantes da Universidade de Brasília (UnB) e do Uniceub reclamaram da má qualidade do transporte público no DF e reivindicaram a expansão do metrô para a Asa Norte, onde ficam os campi das duas universidades.

Para a coordenadora-geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB Sophia Ludovice, é preciso transparência em relação à ampliação do metrô.

— É importante que todos os estudos que tenham sido feitos de ampliação do metrô para a Asa Norte e demais cidades-satélites sejam divulgados para a sociedade. A comunidade tem que ter acesso a esses projetos e, se for realmente inviável, que isso seja demonstrado.

Para o presidente do DCE do Uniceub, Rafael Calixto de Sousa, é um absurdo não ter metrô na Asa Norte e nas demais cidades.

— É um absurdo a gente não ter o metrô aqui na Asa Norte, que é do lado da Asa Sul. Isso é um descaso.

A qualidade do serviço foi criticada pelo representante da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras, Luzimar Pereira. Ele reclamou da falta de conclusão das obras de estações de metrô e da falta de ar-condicionado nos vagões. Pereira defendeu ainda que o metrô funcione aos domingos no mesmo horário dos demais dias da semana.

Integração

De acordo com os debatedores, uma das principais ações a serem tomadas para a melhoria do transporte público em Brasília e nas cidades vizinhas seria a integração metrô-ônibus. O que tem impedido essa integração, acrescentaram participantes da au-

diência pública, são os interesses dos empresários de ônibus.

Para o mestre em ciências políticas Carlos Penna Brescianini, responsável pelo blog Ambiente e Transporte, o sistema de transporte da capital federal deveria ser centralizado no caixa eletrônico do metrô.

— Uma das coisas mais importantes para resolver o problema de transporte no Distrito Federal e no Brasil se chama integração metrô-ônibus. A integração só será feita se todo o sistema de transporte do Distrito Federal for centralizado em cima do caixa eletrônico do metrô. Ele foi planejado e entregue para ser o centro da integração de todos os transportes, por meio de um cartão de integração — disse.

Quintino Sousa, do SindMetrô, contestou a informação de que os empresários de ônibus não querem a integração.

— A partir do momento em que eu tenho integração na cidade de Brasília, em todo o Distrito Federal, eu não tenho necessidade de ter 20 linhas de ônibus trazendo da cidade para o Plano Piloto. Eu simplesmente carrego esse pessoal para o transporte de massa, que é o metrô, e o metrô leva. Os empresários lucram mais tendo essas linhas — argumentou.

Hélio José (PMDB-DF), que requereu e presidiu a audiência pública, disse que fará uma nova reunião para dar continuidade ao debate. O senador lamentou a ausência de ex-dirigentes do Metrô-DF, da Procuradoria e da Defensoria Pública do DF.

Hélio José afirmou que tem recebido várias denúncias de outros problemas do metrô que precisam ser investigadas, como a existência de estações prontas que permanecem fechadas e problemas na manutenção dos carros.

Alteração na Lei de Licitações pode ser votada após eleições

AGENDA BRASIL

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) leu ontem os principais pontos do seu relatório sobre o projeto que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) durante a reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Bezerra Coelho disse que a audiência pública sobre o

tema, realizada em 24 de agosto, foi muito importante para a elaboração do texto do seu substitutivo. Segundo o relator, foram feitos “vários retoques” no projeto (PLS 559/2013), que integra a Agenda Brasil — pauta listada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico do país

Conforme informou o re-

lator, seu texto contempla medidas importantes para uma legislação “mais ágil e segura” sobre o assunto. Atualização monetária dos valores de referência, alterações de nomenclatura, reformulação dos limites de contratação integrada, conceito de contratação semi-integrada, mudanças na tipificação penal e aprimoramento da sistemática de seguros estão entre as me-

didadas incluídas no novo texto.

O relator disse que vai disponibilizar seu substitutivo aos outros colegas, mas a proposta continuará em aberto para receber emendas. Segundo Bezerra Coelho, na primeira reunião após as eleições municipais, o projeto será colocado em votação na comissão.

— Vamos trabalhar com cautela e prudência, mas acredito que este substitutivo vai

atender às várias demandas que foram formalizadas — afirmou.

O presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), disse que a legislação atual não atende as necessidades do Estado brasileiro e elogiou o trabalho de Bezerra Coelho. Os senadores Roberto Muniz (PP-BA) e Telmário Mota (PDT-RR) também elogiaram o trabalho do relator.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Adiada votação que legaliza cassinos e bingos

O novo relatório de Fernando Bezerra, que aumenta a concessão de 20 para 25 anos e traz limites mais rígidos para casas de bingo, deve ser votado na próxima semana

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional adiou para a próxima semana a votação do projeto que amplia o leque dos jogos de azar a serem legalizados no país. A proposta (PLS 186/2014) faz parte da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico — e devia ser votada na reunião de ontem. Como o texto do relatório foi alterado, foi concedido o pedido de vista coletiva, postergando a análise do projeto.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), a proposta já havia sido enviada ao Plenário na forma de substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), que assumiu o Ministério da Agricultura. Porém, requerimento do novo relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), aprovado no início de agosto, determinou o reexame da matéria na comissão.

Bezerra disse que, após receber sugestões de senadores e de representantes de vários órgãos públicos, percebeu a necessidade de mudanças no texto, principalmente em relação a medidas para coibir a possibilidade de lavagem de dinheiro. Para ele, a legislação que veda os jogos no país é muito antiga e não buscou acompanhar a evolução mundial nas formas regulatórias do jogo, o que distanciou o



Na presidência da comissão, entre Bezerra Coelho e Flexa Ribeiro, Otto Alencar se dirige a Ciro Nogueira na reunião que decidiu por mais tempo para exame do texto

Brasil das práticas globais mais modernas sobre apostas.

— Várias legislações do exterior foram analisadas exatamente para evitar a lavagem de dinheiro e a bandidagem — informou o relator.

Debate

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), elogiou o relatório, como “um trabalho de muita perfeição”. Para o senador, o país precisa superar a situação atual de ilegalidade em que esses jogos atuam, em muitos casos, até em acordo com a polícia.

Paulo Bauer (PSDB-SC) agradeceu a atenção do relator com as sugestões apresentadas pelos senadores, mas manifes-

tou preocupação com os critérios para as casas de bingo, que poderão ser instaladas em municípios que têm a partir de 250 mil habitantes. Ele disse que, assim, haverá poucos bingos em Santa Catarina.

Por outro lado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que um dos objetivos da legalização dos jogos deve ser a diminuição das desigualdades regionais. Ele pediu mais incentivo para as casas de jogo no Nordeste.

Em resposta, Bezerra explicou que é preciso um critério mais restritivo para as casas de bingo para não inviabilizar os cassinos — que demandam mais investimento para instalação. Já as regras de distribuição de cassinos entre as

regiões do país, argumentou o relator, são para equilibrar os interesses dos senadores de vários estados. Assim, dois quintos dos cassinos deverão ser instalados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que tem recebido manifestações de várias entidades preocupadas com a questão ética da legalização de mais jogos de azar. Ele citou texto do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores, argumentando que não haverá “riqueza nova” com os cassinos ou com os bingos, já que o jogador estaria tirando dinheiro de outra demanda para poder jogar.

Estimativa é arrecadar R\$ 29 bi em três anos, segundo o relator

Há penas e multas para irregularidades e crimes relacionados à exploração dos jogos de azar. Promover jogos sem licença poderá render até cinco anos de prisão e, se houver menor de idade entre os funcionários, a pena será aumentada em um terço. Fraudar resultado de jogo ou pagar o prêmio em desacordo com a lei poderá render multa e até oito anos de cadeia. Se o crime for cometido contra idoso, a pena poderá dobrar. Aceitar aposta de menor de 18 anos em ambiente destinado a jogo de azar pode resultar em condenação a pena de um a cinco anos de prisão, além da multa.

Com estimativa considerada conservadora pelo relator, a arrecadação tributária com os jogos poderá alcançar R\$ 29 bilhões nos próximos três anos. O substitutivo determina a incidência de 30% de Imposto de Renda sobre o prêmio das loterias e institui a Taxa de Fiscalização dos Jogos de Azar, para cobrir os custos de fiscalização dos estabelecimentos dos jogos, cobrados de acordo com o montante de prêmios pagos aos usuários. O projeto determina destinações específicas da receita tributária, como seguridade social (91%), Fundo Penitenciário Nacional (3%), Departamento de Polícia Federal (2%), Fundo Nacional de Cultura (2%) e, por sugestão de Telmário Mota (PDT-RR), para apoio ao esporte olímpico e paralímpico (2%).

Nordeste, Norte e Centro-Oeste serão as prioridades

O substitutivo e o texto original definem os tipos de jogos a serem explorados, os critérios para autorização, as exigências para os sócios e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas eletrônicas poderão ser legalizados. O substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake* — um tipo de loteria relacionada com corrida de cavalos.

Uma das modificações de Bezerra foi aumentar o prazo de concessão, que subiu de 20 para 25 anos. Outra mudou as regras para a quantidade de casas de bingo, com limites mais rígidos. Houve alteração nos critérios de instalação dos cassinos, para incentivar a instalação nas regiões menos desenvolvidas.

Pelo texto, a delegação para exploração dos jogos de azar compete exclusivamente à

União. Caberá à Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, a administração das contas das empresas, bem como o apoio a ações de fiscalização dos jogos.

O processo para a concessão da exploração de jogos de azar será sempre precedido de licitação. A concessão terá a duração de até 25 anos, dependendo da modalidade, podendo ser renovada por igual período uma única vez.

Os cassinos funcionarão em complexos turísticos construídos especificamente para esse fim, sendo permitido que funcionem com hotéis, restaurantes, centros de convenções e apresentações artísticas.

O substitutivo estabelece que no mínimo dois quintos dos cassinos serão explorados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O relator usou o critério populacional para estabelecer esse limite. O novo texto permite a integração e

a exploração de cassino nos jôqueis-clubes localizados em municípios com mais de 300 mil habitantes, desde que já estejam em funcionamento quando a lei for publicada.

Bingos

O critério populacional foi mantido para a abertura de casas de bingo, somente em municípios com mais de 250 mil habitantes. O texto anterior permitia municípios com mais de 150 mil habitantes. Outra regra é a concessão de uma outorga a cada 500 mil habitantes. Ou seja, municípios com 1 milhão de habitantes poderão ter apenas duas casas de bingo. O projeto restringe, por região, a permissão para a abertura dessas casas: a Região Sudeste poderá abrir 94; a Região Sul poderá ter 19 casas; o Nordeste, 34; o Centro-Oeste poderá ter 12; e o Norte, 15.

Pelo substitutivo de Bezerra, os estabelecimentos que ex-

plorarem jogos de azar serão obrigados a identificar o apostador, que deverá apresentar documentação pessoal. Fica vedada qualquer operação com pessoa não identificada. Será proibida a entrada de menores de 18 anos nos estabelecimentos.

Quando o valor da transação for superior a R\$ 2 mil, o pagamento de apostas e prêmios será efetuado em transferência bancária, por cartão de débito ou crédito, ou qualquer outro arranjo de pagamento autorizado pelo Banco Central e que permita a sua rastreabilidade.

Detentores de mandato eletivo, pelo texto, ficam proibidos de explorar jogos de azar. Também estão impedidos cidadãos condenados por crimes contra a ordem tributária, o sistema financeiro, o meio ambiente, lavagem de dinheiro e manutenção de empregados em condição análoga à escravidão, entre outros.

Plenário também aprovou novos chefes das representações na Alemanha, na Turquia e na Áustria. Financiamento do BNDES em país africano foi destaque em sabatina

Senado autoriza novo embaixador em Angola

O PLENÁRIO APROVOU ontem quatro indicações da Presidência da República para embaixadas: Paulino Franco de Carvalho Neto vai chefiar a representação brasileira em Angola; Mario Vilalva, na Alemanha; Eduardo Ricardo Gradilone Neto, na Turquia; e Ricardo Neiva Tavares, na Áustria.

O indicado para Angola passou, pela manhã, por sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e foi aprovado por unanimidade. Os outros três diplomatas já haviam sido sabatinados.

O papel desempenhado pelo BNDES em linhas de crédito para empresas brasileiras exportadoras de serviços ou produtos foi um dos focos da discussão na sabatina de Carvalho Neto. Angola é um dos principais destinos das empresas beneficiadas por esses créditos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina, com a qual fica praticamente empatada.

Para ele, o aumento da cooperação econômica entre Brasil e Angola pode se dar de forma positiva por meio do BNDES, atendendo a relações de custo-benefício e levando em conta os interesses do próprio banco.

Irregularidades

O senador Lasier Martins (PDT-RS) questionou o diplomata sobre denúncias de financiamentos ilegais do BNDES a empresas que atuam em Angola, para beneficiar a campanhas eleitorais do PT. Carvalho Neto afirmou que, nas relações diplomáticas, entende que devem ser “bem separadas” eventuais irregularidades praticadas no país africano envolvendo autoridades brasileiras e as políticas de crédito do BNDES.

O diplomata disse que buscará “discretamente” informações sobre os casos, atendendo, se necessário, demandas dos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e da opinião pública.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE), por outro



Ao lado de Aloysio Nunes Ferreira (à mesa, à dir.), Paulino de Carvalho Neto, novo embaixador em Angola, é sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores

lado, manifestou preocupação quanto à “criminalização” das políticas de financiamento externo do BNDES. Ele disse que, desde o ano passado, as exportações brasileiras têm sofrido em virtude dessa “criminalização”, afetando a consolidação de investimentos na infraestrutura angolana.

— É muito perigoso e preocupante o que está ocorrendo. Não existe país no mundo que abra mão de financiamentos desse tipo na hora de exportar bens de capital e serviços de engenharia — afirmou.

Para Armando, o debate em torno do BNDES sofre com a polarização e a disputa político-partidária presente hoje na sociedade. Países como a China, disse o senador, só consolidaram uma forte presença na África devido ao apoio de seus bancos estatais. Ele destacou ainda que o BNDES, nos últimos anos, desenvolveu uma expertise nesse tipo de ação.

Crise

Carvalho Neto ressaltou que Angola vem sofrendo, nos últimos anos, os efeitos da queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional.

O país é fortemente dependente desse produto, que responde por 97% das exportações e 70% das receitas públicas. A crise levou a índices de inflação que chegam a 35% ao ano e a um déficit em conta corrente que atingiu 8,9% do PIB. Algumas empresas brasileiras também têm tido dificuldades para receber por negócios feitos no país.

Esse cenário, segundo o diplomata, tem forçado o governo angolano a buscar estratégias de diversificação da economia, o que abre espaço positivo para o ingresso de empresas brasileiras nas áreas da indústria, de serviços e, principalmente, de agro-negócio.

Carvalho Neto também manifestou apoio aos acordos de cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs), como o assinado recentemente entre Brasil e Angola.

Trocas bilaterais

Angola é o sexto parceiro comercial do Brasil na África. Em 2015, mais de 99% das importações brasileiras de Angola foram de combustíveis. Entre os produtos exportados, destacam-se carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, o comércio bilateral cresceu mais de 20 vezes. De 2009 a 2012, porém, houve queda nas trocas comerciais. Em 2013 e 2014, o comércio voltou a crescer, mas em 2015 houve novo declínio, influenciado pela queda nos preços do petróleo e a consequente crise no país africano.

Perfil

Natural de Curitiba, Carvalho Neto ingressou na carreira em 1985. Entre as funções desempenhadas nos últimos anos, estão a de diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos; chefe da Divisão do Meio Ambiente; e chefe da Divisão de Serviços Gerais. Trabalhou também na Delegação Permanente em Genebra e chefiou delegações a vários encontros internacionais.

Indicações

Foram lidos ontem, na CRE, quatro relatórios sobre indicações para outros postos no exterior, entre eles a do diplomata Marcel Biato para a chefia da representação brasileira na Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), com sede em Viena (Áustria).

Brasil renova duas embaixadas na União Europeia e uma na Eurásia

Três outras indicações para embaixadas foram aprovadas ontem pelo Plenário.

Por 47 votos a favor, 2 contrários e 1 abstenção, o diplomata Mario Vilalva foi aprovado como novo embaixador na Alemanha.

Vilalva afirmou, durante a sabatina na CRE, em 24 de agosto, que vai trabalhar pela conclusão de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Ele ainda disse que vai buscar a efetivação de investimentos alemães no Brasil.

O diplomata nasceu em 1953, no Rio de Janeiro (RJ). Formou-se em direito, pela Universidade de Brasília, em 1976. Cinco anos depois, entrou para a carreira diplomática. Vilalva já chefiou a embaixada brasileira em Portugal e no Chile e já foi condecorado com a Medalha Pacificador do Brasil.

Turquia

A chefia da embaixada na Turquia também será renovada, com a aprovação de Eduardo Ricardo Gradilone para o cargo.

Na sabatina na CRE, no fim de agosto, ele salientou que a Turquia é dona do segundo maior contingente militar entre os países que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), além de abrigar importante base militar norte-americana. Quanto às relações com o Brasil, o diplomata disse que pretende priorizar o aumento do turismo de turcos ao país.

A balança comercial entre os dois países tem sido, nos últimos anos, favorável ao Brasil. Em 2015, o Brasil exportou US\$ 1,33 bilhão para a Turquia e importou US\$ 566 milhões. Já os investimentos brasileiros no país euro-asiático, de 2001 a 2014, totalizaram US\$ 750 milhões, enquanto os investimentos turcos no Brasil somaram US\$ 35 milhões.

Cerca de 550 brasileiros vivem na Turquia. A maioria é de mulheres casadas com turcos, executivos de multinacionais e trabalhadores temporários, como os jogadores de futebol, por exemplo.

Natural de São Paulo (SP), Gradilone Neto formou-se em jornalismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e, em direito, pela Universidade de São Paulo (USP), onde também concluiu mestrado em direito do Estado.

Atualmente, é embaixador na Nova Zelândia. Ele também serviu nas embaixadas brasileiras no Reino Unido, no Japão e no Vaticano.

Áustria

Por 53 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, foi aprovada a indicação de Ricardo Neiva Tavares para a embaixada na Áustria.

Tavares comanda, desde 2013, a embaixada na Itália. Foi também embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia e conselheiro na Missão junto à ONU. Trabalhou, ainda, nas embaixadas do Brasil na Austrália, na França e no Japão.

Na sabatina na CRE, Tavares explicou que a União Europeia passa por um momento delicado, com o aumento do desemprego e a crise dos refugiados, o que fortalece os defensores da retirada dos países do bloco. O fenômeno tem se tornado mais forte na Áustria, disse, onde legendas de direita pregam a realização de um referendo nos mesmos moldes do que resultou na saída do Reino Unido do bloco europeu.

Tavares informou que o intercâmbio comercial Brasil-Áustria é baixo (pouco mais de US\$ 1 bilhão por ano). Prometeu incrementar essa relação e priorizar uma maior presença brasileira nos organismos internacionais que têm sede em Viena.

Angola

- » Área: 1.246.700 km²
- » Capital: Luanda
- » População: 25,87 milhões
- » PIB per capita: US\$ 3.150
- » Exportações brasileiras: US\$ 648 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 32 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br